

MULHER-MÃE-UNIVERSITÁRIA EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19: PROBLEMATIZAÇÕES E SENTIDOS

RITIELE MACHADO PRESTES¹; ROSE MARI FERREIRA²; MIRIAM CRISTIANE ALVES³

¹*Universidade Federal de Pelotas – ritiele22prestes@gmail.com*

²*Universidade do Vale do Rio dos Sinos – rosemariferreira344@gmail.com*

³*Universidade Federal de Pelotas – oba.olorioba@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo problematizar os desafios da maternidade para mulheres universitárias em meio à pandemia da COVID-19 e percorrer os sentidos e afetos vivenciados por elas. Durante a pandemia do novo coronavírus, muitas mães universitárias passaram a vivenciar uma sobrecarga de trabalho, acumulando atividades domésticas, profissionais, acadêmicas e a maternidade. MACÊDO (2020, p. 189) nos lembra que “a responsabilidade pelo trabalho doméstico formal ou não, ainda é, no Brasil, exclusivamente destinada às mulheres, representando uma desigualdade entre os gêneros masculino e feminino”.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017), 83,7% das crianças de menos de 4 anos tinham uma mulher como primeira pessoa responsável por elas no ano de 2017, enquanto apenas 16,3% tinham homens como principal responsável. Ou seja, mesmo antes da pandemia, as mulheres já ocupavam o lugar de principais cuidadoras no âmbito doméstico. Falamos de um fazer doméstico que é “marcado por dor, opressão e adoecimento, principalmente diante da naturalização da posição subalterna que a mulher ocupa na sociedade e na hierarquia da estrutura familiar” (MACÊDO, 2020, p. 189). Ainda segundo a autora, o cuidado dos filhos e os afazeres domésticos são compreendidos como sendo “atribuições que se relacionam com a maternidade e não com a paternidade, denotando a divisão sexual do trabalho no âmbito doméstico” (MACÊDO, 2020, p. 195).

O isolamento físico imposto pela pandemia, em muitos casos, enfraqueceu as redes de apoio que auxiliavam essas mulheres mães para a realização de suas atividades acadêmicas, profissionais e domésticas, como, por exemplo, o fechamento de escolas e creches. Agora, além de todas as atividades acumuladas, essa mãe, no caso deste estudo universitário, passa a ter a responsabilidade pelo processo de escolarização e/ou alfabetização de seu filho. Diante deste contexto, nos perguntamos: Como uma mulher pode conciliar vida profissional, acadêmica, doméstica, maternidade, tarefas escolares do filho em contexto pandêmico mantendo a sua saúde mental?

Segundo LOURO (1997, p. 121), as desigualdades “só poderão ser percebidas - desestabilizadas e subvertidas - na medida em que estivermos atentas/os para suas formas de produção e reprodução”. O que está na base dessa vida em sobrecarga de muitas mulheres mães?

2. METODOLOGIA

A narrativa ficcional é utilizada como uma estratégia metodológica para a produção do material empírico e problematização do objeto de estudo. Partimos de experiências de mulheres-mães-universitárias que implicam e posicionam nossos corpos e sentidos no processo de escuta clínica, assim como de nossas próprias experiências enquanto mulheres pretas, trabalhadoras, universitárias e mães. O conjunto dessas experiências singulares são agenciadas em narrativas ficcionais, formulando uma realidade que é coletiva, que é de muitas mulheres-mães-universitárias.

Nesse caminho metodológico nos inspiramos no modo como EVARISTO (2017) articula realidade e ficção em sua produção literária. Conforme COSTA (2014, p. 553) “A ficção fia mundos onde a confiança ultrapassa a fidedignidade sem perder realidade”.

A escrita ficcional constitui-se como um exercício sensível que percorre nossos corpos, conduzindo o leitor, ou a leitora, a refletir sobre o tema em estudo. As normas epistêmicas da ciência “clássica” têm sua dureza diluída pelo cambalear da poesia que transgride a necessidade de saber, ao certo, onde o estudo vai chegar. A ficção explora os campos de possibilidades em detalhes, aventurando-se a falar sobre o que não sabe (formalmente), mas que vive (concretamente) no encontro com seu campo problemático (COSTA, 2014).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Pedro, 3 anos, preto de pele clara fruto de uma relação interracial, cisgênero: Mãe, desliga o computador! Olha pra mim... Vamos brincar? Olha mãe, pega...

Cláudia, mulher preta, cisgênero, estudante de psicologia, 34 anos, mãe solo, divide suas vinte quatro horas do dia entre os estudos, o trabalho e seu filho Pedro, de 3 anos. Cláudia começa cedo o dia. Às seis horas da manhã pega seu computador e inicia os estudos - é o tempo que tem antes que o filho acorde; às oito horas ela sai de casa para trabalhar, por sorte, conseguiu um emprego de meio turno, mas que não supre o valor que precisaria receber para garantir seu bem estar e de seu filho. Ao meio dia retorna para casa, precisa alimentar Pedro, que ficou sob cuidados da vizinha a quem pede ajuda quando precisa. Mesmo durante a pandemia sua rotina não mudou, ela precisa trabalhar! Não pôde parar, não vivenciou o isolamento físico imposto pela pandemia. Isolamento para quem? Quem teve acesso? Quem teve direito ao isolamento físico? Quanto ao isolamento “social”, sempre foi uma realidade na vida de Cláudia. Ela rezava todos os dias para não ser infectada pelo novo coronavírus e nem transmitir para seu filho. Mas ela não tem tempo para pensar, tampouco reclamar, e a solução era buscar na dureza da vida, rotas de fuga, possibilidade para um amanhã melhor. Durante a tarde, Cláudia faz estágio obrigatório em projeto de extensão do seu curso de psicologia. Ela acolhe e escuta, em atendimentos on-line, muitas histórias de vida parecidas com a sua.

Hoje, ao escutar uma das mulheres por ela acolhida, ouviu a seguinte frase:

Rita, 20 anos, mulher preta, cisgênero: Eu não aguento estar doente toda hora, eu e minha filha. Não estou conseguindo trabalhar e se eu não trabalhar não coloco comida na mesa. Meu marido não quer pedir ajuda, disse que é minha obrigação cuidar da nossa filha.

Ao final do estágio, Cláudia se sente cansada, reflete sob as opressões que a sociedade impõe sobre os corpos das mulheres, especialmente das mulheres pretas; reflete sobre a reprodução do racismo e sexismos nos lares de todas as classes sociais; sobre as redes de apoio que mulheres em vulnerabilização social necessitam, especialmente no contexto da COVID-19; sobre o quanto essas redes foram enfraquecidas e o quanto ela própria necessita dessa rede que não consegue acessar. Durante a pandemia Cláudia necessitou dar conta da mesma carga horária de estudos e estágio que suas colegas, mulheres brancas, jovens, de classe social abastada, que só tinham o compromisso de frequentar as aulas remotas e manter a rotina acadêmica. Cláudia se sente cansada!

O cansaço da sociedade do desempenho é um cansaço solitário, que atua individualizando e isolando as pessoas (HAN, 2015). Cláudia vivencia, a um só tempo, as opressões de raça, gênero e classe. Ela sabe, que mesmo ocupando um lugar que lhe é de direito dentro da universidade, parte de um lugar desprivilegiado frente aos privilégios vividos por suas colegas. Cláudia atenta-se ao fato de que as desigualdades de raça, classe e gênero são estruturantes de nossa sociedade e atuam na lógica de “manutenção de privilégios de certos grupos em detrimenos de outros” (RIBEIRO, 2017, p. 20).

Essa narrativa ficcional expressa a realidade de muitas mulheres-mães-universitárias e coloca em cheque a romantização da maternidade em meio a vida acadêmica, profissional e doméstica, especialmente quando falamos de mulheres pretas e periféricas. Podemos afirmar que todas as mulheres sofrem opressão de gênero considerando as estruturas patriarcas, capitalistas e sexistas de nossa sociedade. No entanto, conforme DAVIS (2016), as mulheres pretas vivenciam historicamente em maior intensidade a necessidade de trabalhar fora de casa, quando comparadas às mulheres brancas. A autora afirma, ainda, que o importante “espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos da escravidão”, e que enquanto escravizadas elas “tinham todos os outros aspectos de sua existência ofuscados pelo trabalho compulsório” (DAVIS, 2016, p. 17).

Face a essa violência histórica, às mulheres-mãe pretas ainda é imposto um lugar de subalternização, seja em ambientes acadêmicos ou mesmo nos próprios lares. Essa posição é reiterada pelos companheiros mediante sua ausência física ou simbólica, ou pelo abandono do filho ou filha. Falamos de uma realidade que reforça a importância de pensarmos a casa, o lar, o espaço doméstico como uma espacialidade relevante na produção acadêmica, especialmente como objeto de estudo da Psicologia em interface com as Geografias Feministas. Necessitamos problematizar e desconstruir a visão dominante do lar - como “doce lar” - que possui como pressuposto a experiência do “homem universal”, reforçando a opressão patriarcal vivenciada por mulheres e crianças (OLIVEIRA, 2020), especialmente em contexto de pandemia e isolamento físico.

4. CONCLUSÕES

A ideia de que após o nascimento de um filho a mulher deve desistir e dedicar-se exclusivamente ao noviço, ainda está muito enraizada em nossa sociedade. Vivenciamos uma lógica patriarcal que produz o imaginário de que a mulher ao ter filhos deve dedicar-se exclusivamente a ele, deixando a vida

profissional e acadêmica em segundo plano, como refere PICCININI et al. (2008). Aquelas que ousam transeguir esse imaginário, carregam o peso, a sobrecarga diante da imposição de ter que dar conta de tudo sozinha.

A pandemia da COVID-19 alterou as rotinas de todas as pessoas, mas sobrecarregou aquelas que historicamente vivenciam as mazelas sociais e raciais que estruturam nossa sociedade. No âmbito da universidade, considerando o atual processo pós-pandemia, torna-se necessário a construção de políticas universitárias de permanência de estudantes-mulheres-mães, tendo como pressuposto a intersecção de raça, gênero e classe, afinal a experiência de não conseguir cuidar de filhos e filhas em meio aos afazeres profissionais, acadêmicos e domésticos, ainda produz efeitos sobre essas mulheres.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COSTA, A. O corpo das nuvens: uso da ficção na Psicologia Social. **Fractal: Revista de Psicologia** [online]. v. 26, n. spe, pp. 551-576, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-0292/1317>. Acesso em 20 de agosto de 2022.

EVARISTO, C. Itaú Cultural. **O ponto de partida da escrita – Ocupação Conceição Evaristo**, 2017. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=3CWDQvX7rno&ab_channel=Ita%C3%BCACultura. Acesso em 10 de agosto de 2022.

HAN, B-C., **Sociedade do cansaço**. Petrópolis, RJ, Editora Vozes, 2015.

LOURO, G.L. **Gênero, Sexualidade e Educação**. Uma perspectiva pós estruturalista - Petrópolis, RJ, Vozes, 1997.

MACEDO, S. Ser mulher trabalhadora e mãe no contexto da pandemia COVID-19: tecendo sentidos. **Rev. NUFEN** [online]. vol.12, n.2 , p. 187-204, 2020. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rnufen/v12n2/a12.pdf>. Acesso 15 de julho de 2022.

OLIVEIRA, A.L. de. A espacialidade aberta e relacional do lar: a arte de conciliar maternidade, trabalho doméstico e remoto na pandemia de covid-19. **Rev. Tamoios**, São Gonçalo (RJ), ano 16, n. 1, Especial COVID-19. pág. 154-166, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/tamoios.2020.50448>. Acesso em 20 de agosto de 2022.

PICCININI, C.A.; LOPES, R.S.; GOMES, A.G.; NARDI, T. de. Gestação e a constituição da maternidade. **Psicologia em Estudo** [online]. v. 13, n. 1, pp. 63-72, 2008. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-73722008000100008>>. Acesso em 20 de agosto de 2022.